

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**OS DESPROVIDOS DE MORADIA DO TERRENO DA ALIANÇA DA BAHIA/RIO GRANDE (RS):
OCUPAÇÃO, AÇÃO DO ESTADO E A DETERMINAÇÃO INVERSA DA PROPRIEDADE PRIVADA DO
SOLO URBANO**

Ramsés Augusto Brum

Boletim Gaúcho de Geografia, 24: 137-138, maio, 1998.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39278/26331>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1998

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

Isto demonstra um processo de segregação social, caracterizando a separação entre estas famílias e as famílias de baixa renda, que ocupam o restante do parque.

A ocupação da região teve como causas principais a proximidade com o centro da capital (local de trabalho da maioria da população), a melhoria do acesso e a não fiscalização da área. Na verdade, a construção de vilas irregulares é um reflexo da má distribuição de renda que ocorre no país.

Como consequências principais da ocupação temos o acúmulo de lixo em várias partes do parque; o despejo de esgoto não tratado no Guaíba; o mau uso do solo e a extinção de diversas espécies nativas; e a mudança na morfologia das ilhas devido à construção de marinas e atracadouros nas residências da população de alta renda.

É evidente que essas não são todas as consequências da ação antrópica, porém são as mais evidentes em relação aos impactos ambientais.

Um novo estudo sobre o manejo do parque está sendo realizado por órgãos públicos, com o intuito de minimizar tais consequências. No entanto, elas só serão realmente extintas quando forem solucionados os problemas sociais, causas da maioria dos problemas ambientais existentes hoje. Para tal, o Estado e a sociedade devem se conscientizar para o uso de políticas verdadeiramente sociais, como uma melhor distribuição da renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, K.B. *O Rio que Não é Rio*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1960.

SPM-PMPA. Parque Estadual Delta do Jacuí: Plano Básico. Porto Alegre, PMPA, 1979.

* Acadêmicos no Curso de Geografia da UFRGS.

OS DESPROVIDOS DE MORADIA DO TERRENO DA ALIANÇA DA BAHIA/RIO GRANDE (RS): OCUPAÇÃO, AÇÃO DO ESTADO E A DETERMINAÇÃO INVERSA DA PROPRIEDADE PRIVADA DO SOLO URBANO

*Ramsés Augusto Brum **

Ao observarmos o espaço urbano da cidade de Rio Grande, podemos constatar que a cidade apresenta uma característica marcante em sua organização espacial e em sua estrutura fundiária, definida pela grande presença do poder público em seus três níveis (municipal, estadual e federal) na cidade e pelo grande número de parcelas do solo urbano da cidade pertencentes ao Estado.

Assim, o Estado nos seus mais diferentes níveis é um dos responsáveis pela atual organização espacial da cidade, pela localização de inúmeros bairros e vilas e, sobretudo, pela expansão urbana que se delineou com o passar dos anos. Expansão

esta que, de todas as maneiras foi ditada pela articulação singular do Estado – Mercado Imobiliário, que promove a existência de acessos diferenciados a toda infra-estrutura urbana. Claramente a cidade de Rio Grande apresenta a exclusão do indivíduo, enquanto morador, como algo comum, rotineiro, algo natural. As periferias aumentam. Ocorre também uma vulgarização da violência urbana manifestada na exclusão social.

Desta forma, ao se discutir o urbano hoje, devemos sem dúvida nenhuma levar em conta o grande contingente de indivíduos que sofrem esta exclusão social dentro das cidades e que se constituem como uma categoria social espoliada, excluída e explorada: os desprovidos de moradia.

Neste sentido a cidade guarda uma face de desigualdades e injustiças que se reproduzem na ação de um Estado mediador e legitimador do capital e na manutenção de um direito ao solo urbano que torna desprovidas de um lugar para morar milhares de famílias.

A existência de um ciclo caracterizado pelo processo de expulsão-fixação, que visa a expansão do urbano, vem criando enormes problemas sociais em várias cidades, um ciclo calcado na especulação e valorização de áreas aparentemente “abandonadas” da cidade. Um ciclo processado num permanente nomadismo das classes menos abastadas, nomadismo este gerado pela aliança Estado/Capital Imobiliário. Um Estado paternalista para com os detentores do capital, um Estado que torna privado os bens de consumo coletivos e que legitima, via sua instância jurídica, a manutenção de um direito de todos para poucos. O capital imobiliário extrai da propriedade privada do solo urbano uma renda que a cada dia vem se transformando na grande problemática do morar (compra do solo urbano, compra do imóvel ou aluguel) na cidade. Ambos expulsam um número crescente de indivíduos para as periferias da cidade, e cada vez mais para as periferias das periferias da cidade.

Assim, dentro de toda a problemática do morar e do surgimento de um número crescente de pessoas sem-teto, podemos considerar como principais desencadeadores desta problemática o Estado com sua ação amenizadora e a propriedade privada do solo urbano, que em uma primeira instância gera a renda e em uma segunda a espoliação e a segregação do urbano, principalmente das áreas que interessam ao capital imobiliário.

O Estado e o capital imobiliário são os maiores detentores de terras dentro do espaço urbano. Terras estas valorizadas pela quantidade de equipamentos de infra-estrutura e serviços coletivos que possuem. Equipamentos e serviços que se tornam disponíveis a toda a sociedade, através de taxaço, mas só atendem às necessidades de uma pequena parcela desta mesma sociedade.

É preciso pensar uma mudança para o urbano. Assim como o rural vem enfrentando grandes desafios para tornar-se um espaço mais justo e igualitário, o urbano também. Necessita de mudanças que visem mais do que uma simples reforma, que de todas as maneiras atenderá aos interesses de um Estado comprometido com o capital e de um setor imobiliário preocupado em extrair cada vez mais uma renda crescente através da propriedade privada do solo urbano.

* Acadêmico do Curso de Licenciatura em Geografia/UFPel – Universidade Federal de Pelotas.